

RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS			
Versão:	v.1	Código:	POL.07.v1
Data:	08.2024	Tipo de documento:	Procedimento / Política

RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

v1

OBJETIVO	2
1 – IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DE TRATAMENTO E DO ENCARREGADO.....	2
2 – NECESSIDADE DE ELABORAR O RELATÓRIO	2
3 – DESCRIÇÃO DO TRATAMENTO	3
4- TRATAMENTO DOS DADOS.....	4
5- FINALIDADE DO TRATAMENTO	4
6- NECESSIDADE E PROPORCIONALIDADE	5
7- MEDIDAS PARA TRATAR OS RISCOS	5
8- CONSIDERAÇÕES FINAIS	5

OBJETIVO

O Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais visa descrever os processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

Referência: Art. 5º, XVII da Lei 13.709/2018 (LGPD).

1 – IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DE TRATAMENTO E DO ENCARREGADO

Controlador: Equipo Info Serviços De Tecnologia Da Informação Ltda.

Operador: Equipo Info Serviços De Tecnologia Da Informação Ltda.

Encarregado :Vandira da Silva

E-mail Encarregado: vandira.silva@eqpcm.com

Telefone Encarregado: (11) 2305-3881

2 – NECESSIDADE DE ELABORAR O RELATÓRIO

O Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) é um documento exigido pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para o controlador, conforme preceitua o art. 38 da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados: Art. 38. A autoridade nacional poderá determinar ao controlador que elabore relatório de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, referente a suas operações de tratamento de dados, nos termos de regulamento, observados os segredos comercial e industrial.

Este relatório é necessário para tornar pública a realização da avaliação de riscos nas operações de coleta, tratamento, uso e compartilhamento dos dados cuja finalidade vise atender a realização das demandas dos titulares de dados, propondo medidas para mitigar os riscos que possam infringir os direitos fundamentais, a liberdade, a privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

3 – DESCRIÇÃO DO TRATAMENTO

A Equipe Info Serviços De Tecnologia Da Informação Ltda realiza o tratamento de dados pessoais para atendimento dos escopos contratados pelos nossos clientes, sendo eles sempre dedicados às análises de conformidade trabalhistas, previdenciárias e de Segurança do Trabalho.

Dados pessoais fornecidos pelos usuários, clientes, fornecedores e parceiros.

- *Nome, número de CPF, data de nascimento, número de RG, naturalidade, filiação, Endereço, qualificação profissional, cargo, função, salário, telefone, fotografia, gênero, certificações, informações relacionadas à saúde e segurança do trabalho.*

3.1 Natureza do tratamento

São adotadas medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão. O acesso aos dados coletados é restrito aos encarregados qualificados. Além disso, a Equipe Info Serviços De Tecnologia Da Informação Ltda mantém um contínuo foco na segurança da informação ao implementar sistemas de segurança. Um dos princípios fundamentais é a minimização dos dados pessoais.

A **minimização dos dados pessoais** é um princípio fundamental na proteção de dados. Ele significa que os dados a serem tratados devem ser **adequados, pertinentes e limitados** ao que é exigido pelas finalidades que determinam o tratamento.

Sendo assim, serão coletados os dados pessoais abaixo, em abrangência nacional

Dados cadastrais: Nome completo, Filiação, RG, CPF, Data de Nascimento, Filiação, Endereço, E-mail, Telefones, Foto, Dados Financeiros e Informações disponíveis nos órgãos oficiais.

Dado sensível: Informações relativas a documentos de atendimento a programas de Saúde e Segurança no Trabalho.

Considerando as hipóteses autorizativas na legislação, os dados pessoais coletados serão armazenados pelo período mínimo descrito a seguir.

Dados Cadastrais: Mantidos por todo o tempo de duração do contrato ativo e mais 5 anos.

Outros: Enquanto durar a relação e não houver pedido de apagamento ou revogação de consentimento, conforme o **artigo 9º, Inciso II da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).**”

Para fins de auditoria, segurança, controle de fraudes e preservação de direitos, manteremos um histórico de registro dos dados pelo tempo necessário, conforme estabelecido pela lei ou norma regulatória. Os dados coletados podem ser armazenados em servidores localizados no Brasil ou em ambientes de recursos na nuvem (Aws Cloud Trail).

4- TRATAMENTO DOS DADOS

Há diversas formas de tratamento dos dados pessoais na Equipo Info Serviços De Tecnologia Da Informação Ltda, considerando a definição da LGPD:

- **Coletados/ Recebidos**

Todos os dados e documentos são coletados pela “Equipo Info” através de seus portais SIGEC WEB e SIGEC MOBI, nenhum dado é transmitido através de qualquer outro meio físico ou eletrônico.

- **Armazenados**

Os dados são mantidos em sistemas SIGEC WEB e SIGEC MOBI nos quais os acessos são restritos, de acordo com os conteúdos armazenados.

- **Processados**

São utilizados para conferência do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos prestadores de serviços em relação aos seus funcionários.

- **Eliminados**

Os dados podem ser eliminados por meio de ações em sistemas de informação e exclusão de arquivos.

5- FINALIDADE DO TRATAMENTO

O propósito deste princípio de tratamento de dados é garantir a proteção dessas informações. Para alcançar isso, são implementadas medidas de segurança técnicas e

administrativas que previnem acessos não autorizados, bem como evitam perda, alteração, divulgação indevida, entre outros riscos.

6- NECESSIDADE E PROPORCIONALIDADE

A coleta e o tratamento de dados são restritos ao mínimo essencial necessário para a prestação do serviço. Quando exigido, os dados coletados são relevantes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades específicas do tratamento.

7- MEDIDAS PARA TRATAR OS RISCOS

Os agentes de tratamento adotam medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. (LGPD, art. 46.).

Sendo elas:

- Anonimização
- Atualizações regulares de software
- Criptografia (nos dados do objeto do contrato)
- Ferramenta de detecção de vulnerabilidades
- Firewalls
- Registros de log (pelo menos 6 meses)
- Controle de acesso lógico
- Cópias de segurança de dados (backup)

8- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresenta, de forma geral, como os dados pessoais são coletados, tratados, utilizados e compartilhados, além das medidas adotadas para mitigar os riscos que possam afetar as liberdades civis e os direitos fundamentais dos titulares desses dados.